



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
DA REGIÃO DO

**Planalto
Beirão**

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, RECOLHA,
TRANSPORTE, VALORIZAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTOS DE RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES
USADOS NA VIA PÚBLICA

Índice

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1
Cláusula 1. ^a – Objeto do concurso	1
Cláusula 2. ^a – Disposições por que se rege a prestação de serviços	1
Cláusula 3. ^a – Local da prestação do serviço	2
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2
SECÇÃO I – OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR.....	2
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Cláusula 4. ^a – Obrigações principais do fornecedor	2
Cláusula 5. ^a – Prazo	3
Cláusula 6. ^a – Preço.....	3
Cláusula 7. ^a – Condições de pagamento	4
Cláusula 8. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	4
Cláusula 9. ^a – Penalidades	4
Cláusula 10. ^a – Casos fortuitos ou de Força Maior	5
Cláusula 11. ^a – Caução	5
Cláusula 12. ^a – Resolução do contrato pela entidade adjudicatária	5
Cláusula 13. ^a – Responsabilidade da entidade adjudicatária	6
Cláusula 14. ^a – Resolução por iniciativa da entidade adjudicante	6
Cláusula 15. ^a – Foro competente.....	7
Cláusula 16. ^a – Comunicações e notificações	7
Cláusula 17. ^a – Contagem dos prazos	7
Cláusula 18. ^a – Legislação aplicável	7
CAPÍTULO III – CLAUSULAS TÉCNICAS	8
Cláusula 19. ^a - Recolha e Valorização dos Óleos Alimentares Usados.....	8
Cláusula 20. ^a - Equipamentos para armazenamento dos óleos alimentares usados	8
Cláusula 21. ^a - Características dos equipamentos de recolha dos óleos alimentares usados	9
Cláusula 22. ^a - Quantidades recolhidas de Óleos Alimentares Usados	10
Cláusula 23. ^a - Ações de sensibilização ambiental.....	11
Cláusula 24. ^a - Canal HoReCa	11
Anexo I.....	12
Distribuição dos Oleões pelos municípios.....	12



CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª – Objeto do concurso

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de instalação, recolha, transporte, valorização, monitorização e manutenção de equipamentos de recolha de óleos alimentares usados na via pública de acordo com as disposições estabelecidas neste Caderno de Encargos:

- a) Fornecimento, instalação, manutenção de equipamentos de recolha e armazenamento de óleos alimentares usados (OAU);
- b) Prestação de serviços de recolha, transporte, valorização e monitorização dos óleos alimentares usados recolhidos;
- c) Disponibilização de sistema “*Internet das Coisas*” IOT que permita acompanhamento contínuo do estado de enchimento dos oleões, das quantidades recolhidas e que permita criar e acompanhar campanhas de sensibilização junto dos munícipes, por forma a promover de forma ativa a separação e recolha do óleo alimentar usado doméstico.

Cláusula 2.ª – Disposições por que se rege a prestação de serviços

Em tudo o que for omissa e o que não se encontre expressamente previsto no contrato, regerão as condições jurídicas e técnicas previstas no caderno de encargos, o código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, o Código do Procedimento Administrativo e as demais disposições legais e princípios gerais de direito aplicáveis aos contratos administrativos e ao objeto do contrato, designadamente no que se refere ao Regime Geral de Gestão de Resíduos (Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro).

- 1) Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o caderno de encargos e em último lugar a proposta da entidade adjudicatária do serviço.
- 2) As referências à legislação indicada no ponto nº 1 têm-se por efetuadas à legislação que lhe venha a suceder.



Cláusula 3.ª – Local da prestação do serviço

A prestação de serviço, objeto do contrato será prestado nos Municípios da Região do Planalto Beirão, nomeadamente nos concelhos: Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, S. Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 4.ª – Obrigações principais do fornecedor

- 1) Sem prejuízo de outras obrigações, expressamente, previstas no Contrato e na legislação tida por aplicável, a entidade adjudicatária é responsável:
 - a) Perante a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão pela boa qualidade do serviço e proceder à sua prestação na entidade contratante nos termos e disposições do presente Caderno de Encargos e demais legislação específica aplicável ao objeto do contrato, designadamente no que se refere Regime Geral de Gestão de Resíduos (Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação).
 - b) Por se encontrar legalmente licenciada e habilitada a proceder à recolha, transporte e encaminhamento para transformação em biodiesel dos OAU recolhidos nos oleões instalados;
 - c) Por se reservar no direito de subcontratar o transporte dos OAU a recolher nos Oleões para as suas instalações de tratamento, por uma empresa devidamente licenciada, podendo fazê-lo desde que efetue comunicação prévia à entidade adjudicante, bem como enviando respetiva cópia do Alvará de Transporte Rodoviário de Mercadorias e do Alvará de Operação de Gestão de Resíduos;
 - d) Na disponibilização de mapas trimestrais discriminando os quantitativos recolhidos por oleão instalado, sendo que estes mapas serão enviados até ao trigésimo dia subsequente ao fim do trimestre a que o mapa se referir;



- e) Em reportar toda e qualquer não conformidade ou incidente em formulário próprio a acordar entre ambas as partes;
 - f) Em remeter, até ao trigésimo dia de cada ano, um relatório técnico respeitante ao ano anterior no qual será prestada informação circunstanciada sobre a execução do Contrato e avaliada a viabilidade dos locais acordados, com sugestões de alteração dos oleões, caso seja necessário;
 - g) Em apresentar prontamente as informações complementares ou adicionais que lhe sejam solicitadas;
 - h) Em guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução da proposta;
- 2) A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da prestação de serviços, incluindo os meios técnicos e equipamentos, competem à entidade fornecedora.
- 3) No final do contrato, o adjudicatário possui a obrigação de remover os oleões existentes (instalados) que são sua propriedade.
- 4) Na envolvente próxima do oleão deverá o adjudicatário recolher todos os resíduos depositados e manter a zona limpa.

Cláusula 5ª – Prazo

O contrato de prestação de serviços é celebrado pelo período de 36 meses, a contar da data do Contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 6ª – Preço

- 1) Pela prestação de serviços de instalação, manutenção e limpeza dos equipamentos para armazenamento dos OAU (Oleões), respetiva gestão e monitorização, deve a entidade adjudicante pagar à entidade fornecedora o valor da proposta, o qual não pode exceder o de 525.000,00 € (quinhentos e vinte e cinco mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



- 2) A recolha, o transporte e a valorização dos OAU está livre de quaisquer ónus ou qualquer encargo financeiro para a entidade adjudicante.

Cláusula 7ª – Condições de pagamento

O pagamento dos serviços será efetuado, mediante a sua prestação, até 60 dias a contar da receção das faturas.

Cláusula 8ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1) A adjudicatária não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para proceder à realização da presente prestação de serviços, objeto do presente contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.
- 2) A adjudicatária não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
- 3) Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo concessionário toda documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exa e pontual cumprimento do contrato.

Cláusula 9ª – Penalidades

- 1) Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão pode exigir do co-contratado o pagamento das penalidades contratuais, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, cujo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual.
- 2) Na determinação da gravidade do incumprimento da mora ou do cumprimento defeituoso a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão terá em conta nomeadamente, a duração da infração a sua eventual reiteração, ao grau de culpa do co-contratado e as consequências da infração.



- 3) A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 4) As penas contratuais pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10ª – Casos fortuitos ou de Força Maior

- 1) Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou conflitos coletivos de trabalho, foi impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
- 2) A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar a justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 11ª – Caução

É exigida a prestação de caução, nos termos do nº 1 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12ª – Resolução do contrato pela entidade adjudicatária

- 1) Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias da entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual da entidade adjudicante, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.



- 2) No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira da adjudicatária ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
- 3) O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.

Cláusula 13ª – Responsabilidade da entidade adjudicatária

- 1) A entidade adjudicatária responde pelos danos que causar à entidade adjudicante em razão de incumprimento culposos das obrigações que sobre ela impendem;
- 2) A entidade adjudicatária responde ainda perante a entidade contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados pela adjudicatária.

Cláusula 14ª – Resolução por iniciativa da entidade adjudicante

- 1) A entidade adjudicante pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;
 - b) Incumprimento por parte do adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pela entidade adjudicante contrarie o princípio da boa-fé;
 - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no nº2 do artigo 329º;



- f) Incumprimento pelo adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - g) O adjudicatário se apresente à insolvência ou esteja declarada pelo tribunal.
- 2) O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.

Cláusula 15ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16ª – Comunicações e notificações

- 1) Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2) Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa e em particular pelo Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e, supletivamente, pelo Código do Procedimento Administrativo e a demais legislação complementar aplicável, nomeadamente pelo Decreto Lei nº102-D/2020 de 10 de dezembro.



CAPÍTULO III – CLAUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 19.ª - Recolha e Valorização dos Óleos Alimentares Usados

- 1) É da responsabilidade da entidade adjudicatária proceder à recolha, transporte e encaminhamento para valorização dos Óleos Alimentares Usados (OAU), nos concelhos representados pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro e mediante tabela anexa (Anexo I).
- 2) Transmite-se a responsabilidade pela gestão dos OAU à entidade adjudicatária, pretendendo-se que esta promova e garanta a gestão da rede seletiva intermunicipal, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro.
- 3) O óleo alimentar usado recolhido pela entidade adjudicatária deve ser encaminhado para valorização, para ser transformado em biodiesel.

Cláusula 20.ª - Equipamentos para armazenamento dos óleos alimentares usados

- 1) A entidade adjudicatária obriga-se a instalar 350 equipamentos de receção e armazenamento de OAU, conforme tabela anexa (Anexo I) pela entidade adjudicante, para recolha de OAU (Oleões) nos locais e prazos a acordar entre ambas as partes.
 - a) Estipula-se um período máximo de 45 dias para a instalação dos 300 oleões com localização já definida e um prazo de 3 meses após o início do contrato para a instalação de 50 oleões em localização a definir pela entidade adjudicante.
- 2) A entidade adjudicatária deve afixar ao chão os oleões de forma resistente e apropriada para as suas dimensões.
- 3) O fornecimento de todos os materiais e produtos necessários à realização da prestação de serviços, serão da inteira responsabilidade do adjudicatário.
- 4) Todas as despesas associadas à implementação e gestão do sistema de recolha e tratamento dos OAU são da responsabilidade
- 5) do adjudicatário.



- 6) É da responsabilidade da entidade adjudicatária assegurar a manutenção e higienização, dos Oleões abrangidos pelo Contrato, assim como a recolha e tratamento de quaisquer resíduos existentes nas imediações dos Oleões e a limpeza do pavimento à sua volta.
- 7) A substituição dos oleões, quando necessária, é da responsabilidade da entidade adjudicatária. O não cumprimento deste ponto, implica que a expensas da entidade adjudicatária, Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão proceda ao seu levantamento para local próprio.
- 8) Garantir uma periodicidade de recolha adaptada às necessidades de enchimento de cada Oleão.
- 9) Garantir que não decorrerá um período superior a 48 horas entre o enchimento do Oleão ou, do pedido de recolha de OAU e o seu respetivo levantamento.
- 10) No final da prestação de serviços os equipamentos de recolha de OAU, que se encontrarem instalados, reverterem a favor da entidade adjudicatária.

Cláusula 21ª - Características dos equipamentos de recolha dos óleos alimentares usados

Os equipamentos de recolha de OAU a instalar devem garantir as seguintes características:

- a) Capacidade mínima de 200 L (duzentos litros);
- b) Possibilidade de receber embalagens com capacidade máxima de 7 litros;
- c) Sistema de deposição tipo gaveta ou equivalente, impedindo a retirada de embalagens do seu interior, bem como a entrada de chuva e propagação de odores. O sistema tipo gaveta tem um papel dissuasor da deposição de outras tipologias de resíduos;
- d) Sistema antiderrame ou de retenção de forma a evitar eventuais acidentes. O contentor interior que deverá ser capaz de reter o seu volume para evitar derrames de OAU.
- e) Sistema de tranca interior para prevenir vandalismo/furto;
- f) Totalmente ignífugo fabricado em chapa de aço galvanizado, ou em outra liga metálica, com espessura mínima de 1,25mm, com resistência ao fogo, resistência às condições atmosféricas e resistência ao impacto;
- g) Tinta de revestimento com propriedades anti-abrasão e anti-corrosão;
- h) Pretende-se uniformidade dos equipamentos instalados em todo o território da AMRPB;



- i) Os oleões estão equipados com sistema de sensorização com as seguintes especificações e características cumulativas:
 - a. Sensor de nível de enchimento que permita a visualização em tempo real do estado de enchimento do oleão;
 - b. Mecanismo de contabilização de depósitos que permita a contabilização em tempo real dos dados recolhidos para a plataforma digital de controlo de gestão que permita, entre outros aspetos, o acompanhamento em tempo real do estado de enchimento dos oleões e das quantidades recolhidas, contabilização do CO2 evitado acessível pela entidade adjudicante;
 - c. Sistema de interação e rastreabilidade com o cidadão/utilizador através de aplicação móvel, de acesso gratuito, disponível para dispositivos Android e iOS;
- j) Plataforma de controlo de gestão de acesso gratuito, com dados disponibilizados em tempo real pela entidade adjudicatária, com a seguinte informação mínima: quantidades recolhidas por Oleão, estado de enchimento dos oleões, localização dos equipamentos, histórico de quantitativos e de recolhas por Oleão;
- k) Fonte de alimentação regenerativa de forma 100% autónoma, ou seja, com fonte de alimentação renovável não dependente de rede elétrica ou intervenção de terceiros;
- l) Possibilidade por parte da entidade adjudicante de despoletar e gerir campanhas de sensibilização através da plataforma de controlo de gestão anteriormente referida;
- m) Equipamento com sistema para ancorar ao solo para evitar vandalismo e violação do contentor;
- n) Os Oleões devem estar devidamente identificados, com informações com o propósito a que se destinam, procedimento de deposição e logotipo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;
- o) A área de implantação do Oleão não poderá ser superior a 1 m2.

Cláusula 22ª - Quantidades recolhidas de Óleos Alimentares Usados

- 1) É da responsabilidade da entidade adjudicatária reportar, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), através do Sistema Integrado de Registo (SIRAPA/MIRR), nos termos da legislação em vigor.



- 2) Deve a entidade adjudicatária remeter à entidade adjudicante, até 15 (quinze) do mês de janeiro, os quantitativos referentes às recolhas realizadas no ano anterior.
- 3) A pesagem dos quantitativos recolhidos deve ser por Oleão.
- 4) Disponibilização mensal de documento oficial com os dados relativos às quantidades recolhidas mensalmente por concelho.

Cláusula 23ª - Ações de sensibilização ambiental

- 1) É da responsabilidade da entidade adjudicatária a disponibilização de uma plataforma digital, que integre a informação de recolha relativa a cada um dos oleões, e com isso permita a criação de campanhas de sensibilização junto dos utilizadores, no âmbito da separação e recolha do óleo alimentar usado doméstico;
- 2) A entidade adjudicatária fica ainda responsável por participar na promoção e organização de campanhas de sensibilização propostas pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, uma vez por ano;
- 3) Disponibilização de 2000 Mini oleões domésticos, nos primeiros 6 (seis) meses do contrato, com capacidade até 2 litros, com o logotipo da AMRPB, com bacia de retenção e tampa para evitar odores com vista à distribuição por parte da Contraente Pública, em campanhas de sensibilização à população para a separação dos OAU. Deverá existir uniformização dos equipamentos distribuídos, em todo o território de intervenção da AMRPB.
- 4) Para além destes 2000 Mini oleões, o adjudicatário poderá fornecer outros equipamentos de uso doméstico alusivos à reciclagem de OAU, mediante a aprovação prévia da contraente pública.
- 5) As propostas das ações de sensibilização ambiental para cada ano deverão ser apresentadas pelo adjudicatário, até ao final do mês de setembro do ano a que digam respeito, estando as mesmas sujeitas a prévia aprovação pela entidade adjudicante.

Cláusula 24ª - Canal HoReCa

É da responsabilidade da entidade adjudicante propor e divulgar aos estabelecimentos de empreendimentos turísticos, aos alojamentos locais e aos estabelecimentos de restauração e bebidas, dos municípios representados pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão à adesão há rede de recolha seletiva de OAU municipal.



Anexo I

Distribuição dos Oleões pelos municípios

Municípios	Localizações existentes
Aguiar da Beira	13
Carregal do Sal	13
Castro Daire	14
Gouveia	14
Mangualde	15
Mortágua	13
Nelas	14
Oliveira de Frades	13
Oliveira do Hospital	15
Penalva do Castelo	13
Santa Comba Dão	13
S. Pedro do Sul	14
Sátão	14
Seia	18
Tábua	13
Tondela	22
Vila Nova de Paiva	13
Viseu	43
Vouzela	13
Localizações a definir	50
Total	350